

A importância da Universidade no apoio ao empreendimento de Economia Solidária: o caso da agroindústria Sabor do Tinguá

Natasha S. F. Oliveira¹, Susana I. Webering²

1 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Nova Iguaçu – natasha.ufrj@gmail.com

2 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Nova Iguaçu – susana.iglesias@bol.com.br

Resumo

Este artigo aborda o tema Economia Solidária, tendo como objetivo central compreender a relação da Universidade e a Extensão Universitária no suporte ao Empreendimento Econômico Solidário. O procedimento usado nesta pesquisa foi o estudo de caso do Projeto de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Sabor do Tinguá. Foi realizada a aplicação de um questionário junto aos trabalhadores da agroindústria Sabor do Tinguá. O trabalho busca fundamentar e contextualizar algumas bases conceituais voltadas para uma melhor compreensão da Economia Solidária e da Extensão Universitária; compreender qual o papel da Universidade e da Extensão Universitária diante da sociedade; descreve a agroindústria Sabor do Tinguá, compreendendo sua origem, sua trajetória e sua gestão; faz uma análise interpretativa através do questionário para a identificação de fatores internos que a classifique como um Empreendimento Econômico Solidário; e analisa se o empreendimento Sabor do Tinguá recebeu o apoio necessário para se tornar uma agroindústria auto-sustentável.

Palavras-chave: Economia Solidária, Extensão Universitária, Universidade

1 Introdução

Esse artigo faz uma abordagem sobre as mudanças ocorridas nas últimas décadas no mundo que levaram ao questionamento do sistema capitalista. Essas mudanças ocorreram devido às lacunas geradas por esse sistema, pelos problemas ambientais, educacionais, de segurança pública, saúde, entre outros.

As empresas visam aumentar sua produtividade, economizar tempo e suprimir gastos que são desnecessários para possibilitar a maximização de seus lucros. O próprio sistema cria a necessidade que a empresa se posicione dessa forma, para que assim, ela possa se manter diante da intensa concorrência. Por isso, muitas implementaram a flexibilização da mão-de-obra através, por exemplo, de contratações temporárias e terceirizações, o que deu origem ao chamado processo de precarização das relações de trabalho.

Uma das bases para essa discussão é o pensamento de Singer (2002) que fala sobre a competição que o sistema capitalista gera e como ele divide seus competidores em dois grupos: o de ganhadores e o de perdedores.

Contudo, é essa mesma problemática que gera espaços onde se desenvolvem outras possibilidades de geração de trabalho e renda representadas pelo setor da economia popular e das práticas de cooperação que vêm sendo discutidas hoje sob o conceito de Economia Solidária.

Nesse contexto, as universidades a partir de meados da década de 1990 passaram a ter um papel importante junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). As experiências

de extensão universitária têm incentivado esses empreendimentos e a capacitação de seus trabalhadores através de programas educativos, técnico-produtivos, jurídicos, entre outros para a capacitação dos trabalhadores.

Para compreender como a economia solidária vem ganhando força e levando a extensão universitária a ter interesse em dar suporte aos empreendimentos através da capacitação de seus trabalhadores, será ilustrado um estudo de caso referente a um projeto de extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ): o *Sabor do Tinguá*.

O objetivo do projeto *Sabor do Tinguá* é propiciar a implantação da agroindústria familiar sustentável em Tinguá, região rural do município de Nova Iguaçu, para a geração de trabalho e renda, promoção da segurança alimentar e a inclusão social.

Esse artigo é resultado de atividades de iniciação científica, que se desenvolveram como uma investigação descritiva, uma vez que objetivou, através da participação no projeto de extensão, identificar e compreender quais fatores contribuíram com o surgimento e a sustentabilidade do empreendimento. A pesquisa foi circunscrita à agroindústria *Sabor do Tinguá*.

2 Precarização do trabalho no Brasil

A partir do século XX o movimento operário foi conquistando seus direitos de diversas formas: redução na jornada de trabalho, elevação do salário, seguridade social de acesso universal, entre outras conquistas.

Após a Segunda Guerra Mundial esse avanço foi mais visível e enfraqueceu a crítica à alienação e ao assalariamento imposta ao trabalhador. Porque, ao invés dos sindicatos lutarem contra o assalariamento eles procuravam defender ou aumentar os direitos conquistados pelos trabalhadores. Assim, defendendo que os trabalhadores assalariados deveriam manter seu emprego.

Segundo Singer (2002), essa situação influenciou o surgimento de uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego e se acomodou no assalariamento, que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970.

Na segunda metade dos anos de 1970 o desemprego iniciou-se novamente. Nas décadas seguintes, parte da produção industrial foi transferida aos países onde a conquista dos direitos operários não foi implantada levando a desindustrialização dos países centrais e até mesmo de países que estavam em desenvolvimento como o Brasil.

Nesse período, houve uma queda brusca nos postos de trabalho e o emprego formal com seus direitos legais passou a ser restrito a uma parte da população. Com o aumento do desemprego em massa a situação dos direitos dos trabalhadores empregados começou a ser alterada. Afinal, com o aumento de desemprego as empresas possuíam uma excedente oferta de mão-de-obra, levando os trabalhadores a se sujeitarem a perda de seus direitos sociais para garantir sua sobrevivência.

A sensação de instabilidade no emprego gerou a competição entre os trabalhadores dentro da própria empresa para manterem-se empregados. Isso porque os assalariados são individualmente responsáveis pela empresa, pois seu salário passa a depender dos resultados obtidos pela empresa em que trabalham.

De acordo com Singer (2002), a competição pode ter dois pontos de vista: o positivo e o negativo. A competição é vista como positiva quando ela está voltada para a seleção dos melhores trabalhadores, ou seja, quando seleciona trabalhadores qualificados e que se

adéquem às necessidades do mercado de trabalho atual. Mas, a competição é vista como um fator negativo quando exclui os perdedores, enquanto os ganhadores acumulam vantagens.

A competição motiva os indivíduos a entrar em uma disputa acirrada no mercado de trabalho com suas vantagens e desvantagens acumuladas ao longo de sua trajetória. Logo, a competição acaba tornando-se desleal, porque marcam os indivíduos perdedores com o acúmulo de suas derrotas e os ganhadores por acumularem capital ou prestígios profissionais. Essa competição gerada pelo sistema capitalista favorece a geração de desigualdades em uma competição e exclusão dos indivíduos, até se tornarem impregáveis.

Essa forma de competição pode deteriorar as relações entre integrantes de grupos sociais, além de afetar o desempenho de um grupo. Isso torna a sociedade menos coesa, menos integrada, menos solidária e menos efetiva. Logo, ocasionando perdas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. O capitalismo produz desigualdades crescentes, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Devido a não atender a toda a população e gerar desigualdades sociais, surge a necessidade de um sistema que atenda essa mão-de-obra excluída e excedente (SINGER, 2002).

Monteiro (2003), também afirma que a competição pode deformar a dinâmica do sistema sócio econômico global, ou seja, altera seu desenvolvimento fazendo crescer umas partes e atrofiando outras. O sistema capitalista não atende a todas as camadas da população. Afinal, se expande para novas regiões e abandona outras, construindo novos ambientes e destruindo outros.

Desse modo, o próprio sistema cria lacunas que proporcionam o surgimento de outras formas de organização que atingem as camadas sociais excluídas.

A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial devido à substituição das máquinas pela mão-de-obra, ocasionando o desemprego de uma grande parte dos artesãos. Nesse período, o trabalho nas fábricas não tinha limites legais, mas os industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Como o sistema capitalista não atende todas as camadas da população, leva ao surgimento de empreendimentos voltados para o princípio da solidariedade e igualdade entre seus membros.

De acordo com Singer (2002), o que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído a democracia e a igualdade dentro dos empreendimentos, a ênfase na autogestão e o repúdio ao assalariamento.

A economia solidária surge devido às críticas feitas ao sistema capitalista, à forma de desenvolvimento de riquezas gerando misérias e explorando o trabalho humano e a natureza. Essa nova forma de economia não se deve somente à parte da população atingida pelo desemprego e pelo sistema capitalista, mas também, às oportunidades que esse sistema disponibiliza para a construção de outras formas de trabalho e geração de renda.

A economia solidária não visa somente a reprodução simples de mercadorias, de atividades meramente de subsistência ou uma economia para pobres, mas uma economia que se confronta com os interesses da reprodução do capital e do poder, uma outra economia que contribui para o desenvolvimento socioeconômico, que gera um novo padrão de relacionamento humano.

Segundo Lisboa (2005), na socioeconomia solidária temos a presença de uma outra forma de economia, pois rompe-se com o *ethos* capitalista de tipo produtivista e consumista.

Portanto, a economia solidária não tem interesse em opor-se ao desenvolvimento, mas torná-lo mais justo.

3 Economia Solidária

De acordo com Singer (2002), a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual.

O aspecto central da economia solidária não é somente sua lucratividade, mas buscar a lucratividade visando valores sociais e ecológicos. Ou seja, a economia solidária seria composta de empreendimentos cidadãos que se preocupam com a responsabilidade social e ambiental, que não buscam somente a maximização dos lucros, mas também o bem-estar e a qualidade de vida de seus membros. Portanto, a economia solidária - por meio da solidariedade - desenvolve um sistema que não é excludente.

De acordo com Singer (2002), a economia solidária se apresenta como um modo de produção e distribuição que se caracteriza por empreendimentos coletivos cujos princípios são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa, por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; e destinação do excedente anual também é por critérios acertados entre todos os cooperados.

A economia solidária designa inúmeras experiências que incluem: formas diversas de agricultura familiar; empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão; cooperativas; redes de catadores e recicladores; redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares; inúmeras experiências de finanças solidárias; clubes de trocas; as economias indígenas e dos quilombos.

Segundo Shiochet, Silva e Bertucci (2005), os princípios e características da economia solidária são divididos em quatro pontos principais:

- **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades;
- **Autogestão:** as pessoas envolvidas desenvolvem práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses;
- **Atuação econômica:** são empreendimentos que desenvolvem atividades econômicas de beneficiamento, produção, comercialização, crédito entre outras formas de atuação. Essa viabilidade econômica é o que motiva os participantes a gerar esforços, recursos e conhecimentos para a realização das atividades coletivas que geram ocupação, renda e melhoria na qualidade de vida;
- **Solidariedade:** que é expressa na forma justa de distribuição dos resultados alcançados entre os membros; nas oportunidades que levam a melhora na condição de vida dos participantes; com uma postura responsável em relação ao meio ambiente; com a participação nos processos de desenvolvimento territorial ou local; nas relações com movimentos sociais e emancipatórios; no bem estar dos trabalhadores e consumidores.

Enfim, as características referentes à Economia Solidária variam conforme os diferentes autores, mas acabam voltando-se para os pontos importantes que diferenciam os empreendimentos solidários das empresas capitalistas.

4 A Economia Solidária no Brasil

Com a crise social das décadas de 1980 e de 1990, o país se desindustrializou e houve um grande aumento na margem do desemprego e da exclusão social, levando a Economia Solidária ressurgir no Brasil (SINGER, 2002).

Em 1980 a Cáritas, que está junto com a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou diversos pequenos projetos: os Projetos Alternativos Comunitários (PACs). A maioria desses projetos estava voltada para a geração de trabalho e renda, em uma perspectiva do que viria a ser considerada uma economia solidária. Também existem PACs em assentamentos de reforma agrária que são liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que possibilitaram o surgimento do cooperativismo agrário. Ocorreram ainda as recuperações de empresas falidas pelos trabalhadores que ressurgiram como cooperativas autogestionárias. Essas ações fizeram com que fosse criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), à qual as cooperativas se filiam. Além da Anteag, houve a criação da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL). O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, criando o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Com isso, o SCA contou com diversas cooperativas que ficaram divididas em três níveis, que são: Cooperativas de Produção Agrícola, Cooperativas de Prestação de Serviço e Cooperativas de Créditos. Esse contexto influenciou surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que desde 1999 formaram uma rede para troca de experiências e discussões para melhorar as formas de incubação (SINGER, 2002).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que é a maior central sindical brasileira, criou em 99, em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Essa agência vem difundindo cursos para disseminar os conhecimentos de Economia Solidária. Uma de suas principais atividades é a criação de cooperativas de crédito que tem como objetivo estabelecer uma rede nacional de crédito solidário em parceria com o Rabobank, que é um importante banco cooperativo holandês.

Durante o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001, foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária. Essa é uma rede eletrônica para a troca de informações, notícias e opiniões que está se transformando em rede eletrônica de intercâmbio comercial entre cooperativas e associações produtivas e de consumidores. Em 2003, também por ocasião do Fórum Social Mundial, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que tem como objetivo abrir espaço para a organização, circulação de informações e articulação de ações. Foi o FBES que articulou nacionalmente um pedido que culminou com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (WEBERING, 2005).

Em 2004, foi criada a União e Solidariedade das Cooperativas de Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil (UNISOL Brasil). Esta tem como finalidade organizar, representar e articular nacionalmente as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da Economia Solidária.

Com a necessidade de informações específicas para uma melhor compreensão do perfil, abrangência e potencialidades dos empreendimentos solidários a SENAES e FBES realizaram o primeiro mapeamento nacional de economia solidária no Brasil. O mapeamento serviu de base para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações dos EES e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). O primeiro mapeamento foi concluído em 2005 e a análise das informações foi

concluída em 2006. Portanto, com sua finalização foi possível ter um quadro mais amplo da realidade desses empreendimentos (WEBERING, 2005). No período de 2005 a 2007 foi construída uma primeira base de dados (RELATÓRIO DO PRIMEIRO MAPEAMENTO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009). Em 2010 as equipes do mapeamento estão voltando a campo para que haja a ampliação da base de dados, a partir da revisita aos EES para a atualização das informações e com a identificação de novos empreendimentos em todo o território Nacional. Esse mapeamento deu visibilidade e ajudou na articulação da economia solidária, oferecendo subsídios nos processos de formulação de políticas públicas na área.

5 A universidade na sociedade brasileira

A Educação Superior surge, a partir do século XVIII, para atender as necessidades da elite social do Brasil e manter a ordem social através de atividades úteis ao Estado, tendo bastante influência do modelo francês.

De acordo com Vanin (2005), em 1931 se criou o Estatuto das Universidades Brasileiras. O Estatuto das Universidades Brasileiras estabelecia em seu primeiro artigo os “Fins do Ensino Universitário”, que segundo ele deveria: elevar o nível da cultura, estimular a investigação científica; habilitar ao exercício as atividades que necessitem de um preparo técnico e científico; concorrer, pela educação dos indivíduos, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e para o aproveitamento de todas as atividades universitárias. Para que leve à grandeza da Nação e ao aperfeiçoamento da universidade.

Segundo Vanin (2005), o primeiro e mais claro compromisso da Universidade Brasileira é com o ensino. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (2009), entende-se como responsabilidade da universidade estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o pensamento reflexivo. Além de estimular o conhecimento dos problemas do mundo, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Portanto, o compromisso da universidade não deve ser restrito somente aos indivíduos que têm acesso a ela. A universidade deve estar comprometida com a sociedade e a extensão é um dos instrumentos utilizados pela universidade para diminuir a distância entre a comunidade e a universidade.

6 O atual papel atribuído à universidade pública brasileira

De acordo com Vanin (2005) o Plano de Extensão Universitária (1999-2001) começou a questionar o compromisso social das universidades públicas brasileiras. E com maior intensidade a partir dos últimos anos da década de 1980.

Iniciaram-se, então, as discussões referentes à Universidade Cidadã e à formação integral do profissional no âmbito acadêmico, político e social. De acordo com Vanin (2005), esse projeto tinha interesse em estabelecer parceria entre o poder público, universidade, comunidade e as empresas para que assim ocorresse uma maior aproximação entre elas.

Segundo Vanin (2005), o Plano Nacional de Extensão está em total consonância com o Plano Nacional de Graduação, ambos de 1999, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão. De acordo com o regime do Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (FORGRAD, 2009) seu objetivo é implantar melhorias no ensino da graduação.

Ele estabelece como princípio a importância da integração dos diversos níveis de ensino, da graduação com a pós-graduação juntamente com a extensão universitária.

Portanto, as universidades públicas brasileiras vêm discutindo e aumentando seu papel social junto às comunidades regionais, investigando as soluções de problemas dessas comunidades preocupando-se com uma formação integral dos alunos de graduação.

7 A extensão na universidade brasileira e a economia solidária

Com base no estudo de Vanin (2005), a história da extensão nas universidades brasileiras é dividida em três períodos. Primeiramente, de 1912 a 1930, é o período das experiências pioneiras, voltadas para o modelo norte americano; em São Paulo e Viçosa surgiram as ideias iniciais sobre cursos de extensão como prestação de serviços. No segundo período, de 1930 a 1968, a extensão é vista como função política; há o desenvolvimento de ações a partir de movimentos sociais, até pelo movimento estudantil. O terceiro período, de 1969 a 1976, época de institucionalização universitária com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (2009); foram fixadas as normas de organização e funcionamento do ensino superior.

Segundo Vanin (2005), haveria ainda um quarto período, após 1976, em que houve um aumento das atividades classificadas como extensão universitária. A partir de 1990 teria começado a ocorrer uma maior preocupação com o registro e publicação das experiências de extensão por meio de dissertações, teses, artigos e livros.

Essa observação de Vanin (2005) coincide com a de Dubeux (2007), pois as eleições diretas para reitor das universidades iniciadas em meados de 1980 pareceram provocar importantes mudanças políticas no interior das universidades. Essas mudanças trouxeram duas consequências importantes na extensão universitária brasileira. Uma delas foi a reação que ocorreu entre professores e estudantes, pois suas organizações (sindicatos de professores e servidores, uniões e confederação estudantil) tinham enfraquecido com o início da ditadura. A segunda foi um interessante engajamento dos dirigentes eleitos, que conseguiram ultrapassar os muros da universidade e assumir o compromisso público de colocar a universidade a disposição das necessidades da comunidade (DUBEUX, 2007).

A extensão, como função da universidade, é uma prática humana com suas consequentes responsabilidades para com a comunidade. Para que ela se desenvolva é necessário equilibrar ensino, pesquisa e extensão. Esta última deve utilizar os conhecimentos e experiências da universidade por meio dos seus professores, alunos, funcionários e ex-alunos para envolver-se na sociedade da qual faz parte, sendo uma forma de repassar os conhecimentos adquiridos no interior do campus.

Em meados da década de 1990 as universidades começaram a ter um papel importante na consolidação da economia solidária no Brasil através dos projetos de extensão universitária voltados para a capacitação de grupos autogestionários.

Nesse contexto, cabe destacar ainda a atuação das ITCPs, que são unidades de apoio e fomento aos empreendimentos solidários em nosso país. As ITCPs surgiram da experiência de incubadoras de empresas mercantis e a exemplo delas oferecem capacitação e acompanhamento aos empreendimentos em fase inicial. A primeira ITCP surge em 1995 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e desde então várias outras foram criadas. Segundo Dubeux (2007), houve a ampliação de duas redes devido ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), são elas: das Redes de ITCPs articulada às universidades brasileiras e outra vinculada a Fundação UNITRABALHO. Essas redes participam em diversos fóruns de economia solidária e no Fórum Brasileiro de Economia

Solidária. Porém, ainda enfrentam problemas semelhantes aos enfrentados pela extensão universitária, que são referentes à institucionalização e o financiamento (DUBEUX, 2007).

O caso Sabor do Tinguá

Com a aprovação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no 11º Concurso Banco Real Universidade Solidária (UNISOL) em 2007 – essa edição teve como tema "Desenvolvimento sustentável com geração de renda" -, obteve-se um financiamento de quarenta mil reais. Em setembro do mesmo ano a UFRRJ iniciava o projeto de extensão *Sabor do Tinguá*: a agroindústria familiar sustentável resgatando a identidade rural, beneficiando alimentos, gerando renda, promovendo a segurança alimentar e a inserção social.

O projeto foi realizado em Tinguá, uma das nove Unidades Regionais de Governo (URG) do município de Nova Iguaçu (NI), que está localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e forma, juntamente com outras 12 cidades, a região denominada Baixada Fluminense.

Para se ter ideia da riqueza natural da região atualmente cerca de 50% da área total de Nova Iguaçu corresponde a diversos tipos de Unidades de Conservação da Natureza (UCN) legalmente instituídas pelo Poder Público (Municipal, Estadual ou Federal). Ao Sul do município encontra-se a Área de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó-Mendanha (a “Serra do Vulcão”), unidade de uso sustentável administrada pelo Governo Estadual. Dentro dessa APA encontra-se o Parque Municipal de Nova Iguaçu, unidade de proteção integral instituída pelo Poder Público Municipal. Ao norte do município está a Reserva Biológica (REBIO) do Tinguá, outra unidade de proteção integral, instituída e administrada pelo Governo Federal. Existem ainda mais sete APAs municipais, sendo três delas ao redor da REBIO do Tinguá (ATLAS ESCOLAR DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2004).

Tinguá tem um caráter basicamente rural, onde se encontram pequenos produtores rurais de produção diversificada, em áreas agrícolas próximas a área de proteção ambiental.

Os integrantes da Associação dos Produtores Rurais do Tinguá (APRT) acreditam que a produção agroindustrial é uma alternativa para a geração de trabalho e renda para os produtores rurais dessa região. Foram os próprios agricultores participantes da APRT que procuraram professores da UFRRJ - na ocasião, envolvidos com a organização da Festa do Aipim que acontece anualmente no local. Foi quando uma professora do campus de Nova Iguaçu assumiu a responsabilidade de desenvolver o projeto de extensão em parceria com os membros da APRT, outros professores e a participação de alunos.

Verificou-se que, embora diversas instituições (ONGs, universidades, centros de pesquisa) já atuassem na região focadas na educação e preservação ambiental, a população é pouco conscientizada e o cultivo agrícola em área de preservação ambiental ainda ocorre, mesmo por causa da pobreza do lugar. Outro aspecto que se verificou é que a população não confia nas organizações que se apresentam para desenvolver projetos no local, devido a experiências negativas passadas.

Para iniciar o projeto foram selecionadas 30 famílias de pequenos produtores rurais que vivem na região de Tinguá. O projeto é voltado para adultos e jovens, a partir de 16 anos de ambos os sexos, que fossem vinculados a APRT (PORTE, 2007).

No início, cerca de 40 pessoas chegaram a frequentar as oficinas do projeto que funcionava em um salão cedido pela Igreja Católica em Tinguá.

De acordo com o Projeto de Extensão *Sabor de Tinguá*, o principal objetivo geral é propiciar a implantação da agroindústria familiar sustentável nesta comunidade. O projeto ainda possui

outros objetivos intermediários, entre eles podemos destacar: reduzir a insegurança alimentar através da geração de renda; disponibilizar condição para processar produtos de origem vegetal, em pequena escala; disponibilizar orientações e informações sobre legislação ambiental, sanitária e fiscal; oferecer ao produtor rural, conhecimentos sobre gerenciamento de custos, empreendedorismo, embalagem, rotulagem e *marketing*; promover o resgate e a valorização da identidade rural; capacitar os produtores com técnicas de beneficiamento e procedimentos higiênico-sanitários na manipulação, processamento e comercialização dos produtos (PORTE, 2007).

O projeto foi dividido nas seguintes etapas: encontros e reuniões entre a equipe e as famílias de produtores rurais; atividades que visaram resgatar a identidade rural, manifestações culturais e valorização do saber local; oficinas de capacitação e prática do produtor em higiene, técnicas de beneficiamento artesanal de alimentos, cálculo de rendimento, controle de custos e definição do preço de venda; a capacitação e desenvolvimento de embalagens alternativas com material renovável, de rotulagem e marketing dos produtos; atividades de monitoramento e avaliação permanente das atividades produtivas; oficinas sobre *economia solidária* (PORTE, 2007).

Todas as oficinas foram oferecidas por professores da UFRRJ dos campus de Nova Iguaçu e Seropédica. Envolveram-se no projeto docentes dos cursos de Administração, Turismo e Economia Doméstica. Além deles, quinze estudantes de graduação dos mesmos cursos.

Devido aos bons resultados obtidos no primeiro ano do projeto *Sabor do Tinguá*, houve a renovação por mais um ano do projeto junto ao Banco Real Universidade Solidária. Desde setembro de 2009 o empreendimento vem caminhando com as próprias pernas. Após a saída gradual de grande parte dos que participavam, restaram sete componentes. Esse grupo restante, todavia, encontra-se bastante unido e determinado em dar seguimento aos trabalhos. Hoje eles têm um espaço próprio construído com o dinheiro que o banco patrocinador do projeto disponibiliza para os grupos que se estabilizam. Atualmente eles vendem seus produtos nesse espaço fundamentalmente nos fins de semana, quando Tinguá recebe visitantes de diversos lugares, principalmente da Baixada Fluminense. O grupo está negociando com a prefeitura de Nova Iguaçu o fornecimento para escolas da rede municipal.

8 Apresentação dos dados obtidos

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa de campo e a interpretação dos dados obtidos. Esta etapa, denominada de apuração, consiste em resumir os dados, através de sua contagem e agrupamento; condensação e organização, possibilitando sua melhor análise e compreensão. (MINAYO, 1994, p. 79).

O questionário aplicado no dia 12 de Novembro de 2009 teve questões objetivas e abertas. Os sete membros do empreendimento responderam às questões. Abaixo as respostas foram sintetizadas.

Pergunta 1: A UFRRJ tem contribuído para o desenvolvimento da agroindústria?

Os sete integrantes da Agroindústria afirmam que a UFRRJ disponibiliza o apoio necessário para o desenvolvimento do Sabor do Tinguá.

Pergunta 2: As oficinas contribuíram para a capacitação dos membros da agroindústria?

Seis dos integrantes afirmam que as oficinas de custos contribuíram como forma de capacitação. Um dos membros não respondeu a questão.

Pergunta 3: Houve troca de conhecimentos entre alunos, professores e os membros da agroindústria que possibilitou o seu desenvolvimento?

Os sete integrantes do Sabor do Tinguá afirmam que houve troca de conhecimentos entre alunos, professores e membros da agroindústria.

Pergunta 4: A UFRRJ tem atendido as expectativas dos membros da agroindústria?

Os sete integrantes afirmam que a UFRRJ atendeu às expectativas dos membros da agroindústria Sabor do Tinguá.

Pergunta 5: A agroindústria Sabor do Tinguá sobreviveria HOJE sem o suporte da UFRRJ? Seis dos membros da agroindústria acreditam que o Sabor do Tinguá sobreviveria hoje sem o suporte da UFRRJ. Um dos integrantes acredita o Sabor do Tinguá pode não sobreviver sem o apoio da UFRRJ.

Pergunta 6: Além de trabalhar na agroindústria Sabor do Tinguá, você possui um outro trabalho para complementar a sua renda?

Cinco dos integrantes afirmam que possuem outro trabalho para complementar a sua renda e dois afirmam que não possuem outro trabalho como fonte complementar de renda.

Pergunta 7: Quem forneceu apoio à agroindústria?

Foram citadas a Igreja católica (que nos dois primeiros anos cedeu o espaço para o grupo), a Prefeitura de Nova Iguaçu, a UNISOL (que monitora o projeto), a Associação dos Moradores de Tinguá e a ONG Onda Verde.

Pergunta 8: O que é realizado de forma coletiva pelos membros da agroindústria?

Os sete destacaram primeiramente a produção, depois seis ainda citaram a aquisição de matéria-prima e as vendas, cinco a obtenção de clientes e dois o uso de equipamentos (máquinas, ferramentas etc.).

Pergunta 9: Quais as formas de participação dos membros nas decisões?

Todos responderam que participam nas decisões cotidianas do grupo. Foram citadas também a participação na divisão da remuneração, na divisão do trabalho, na prestação de contas e no compartilhamento de informações.

Pergunta 10: Qual a frequência das reuniões na agroindústria? Semanais.

Pergunta 11: Qual é a origem da matéria-prima usada para a elaboração dos produtos?

Cultivo próprio e compra de outros produtores.

Pergunta 12: O que é produzido?

Entre os produtos produzidos, encontram-se: banana chips, bala de banana, banana passa, bananada, doce de jaca, diversos sabores de geléias, diversos sabores de licor, entre outros.

Pergunta 13: Quais são as formas de comercialização dos produtos fabricados?

Venda direta ao consumidor, também em feiras livres e exposições eventuais. Venda a revendedores (sítios em Tinguá e cantina da UFRRJ)¹.

Pergunta 14: Como é feita a divulgação dos produtos da agroindústria?

A divulgação ‘boca a boca’, através da rádio comunitária, da rádio Voz Católica de Tinguá, feiras e exposições eventuais.

Pergunta 15: A agroindústria está tendo dificuldades para a comercialização dos produtos?

Embora não tenha havido consenso em relação a essa pergunta (quatro acharam que não e três que sim), a dificuldade apontada foi a falta de um ponto de venda permanente.

Pergunta 16: Qual o faturamento médio mensal?

Na faixa de R\$ 700 a R\$ 900.

Pergunta 17: Os resultados obtidos pela produção na agroindústria permitiram com que o grupo pudesse fazer o quê?

Pagar as despesas e ter uma sobra que é dividida igualmente.

Pergunta 18: A agroindústria tem alguma iniciativa que visa a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos? Que tipos de iniciativa?

Sim, a qualidade de seus produtos e a responsabilidade com o meio ambiente e a oferta de produtos orgânicos. Foi apontado ainda que as cascas das frutas são aproveitadas para compostagem.

9 Considerações finais

A participação no projeto de extensão e o desenvolvimento paralelo da pesquisa permitiram uma melhor compreensão da relação teoria e prática, o aprofundamento do conhecimento voltado para a Economia Solidária e a extensão universitária.

Com a pesquisa pode-se constatar que o *Sabor do Tinguá* possui as seguintes características que o definem como um empreendimento de economia solidária:

- Cooperação: pois todos os membros estão comprometidos com o processo produtivo, com a venda dos produtos, com a aquisição das matérias-primas, com a utilização dos equipamentos e na obtenção de clientes. Ou seja, há uma união de esforços entre os produtores levando a responsabilidade igual (solidária) perante as dificuldades e o crescimento do empreendimento;
- Autogestão: todos os membros participam nas decisões cotidianas, têm acesso às informações, à prestação de contas, gerenciam a produção e a remuneração é dividida igualmente;
- Atuação econômica: o grupo vem desenvolvendo uma atividade econômica de forma permanente;
- Solidariedade: a divisão dos lucros é feita de forma igual entre os membros, preocupação com o meio ambiente, visa a qualidade de vida dos consumidores fabricando produtos orgânicos e livres de agrotóxicos.

Com esse estudo é possível afirmar que a UFRRJ disponibilizou o suporte necessário para o desenvolvimento do *Sabor do Tinguá*, pois utilizou métodos para a capacitação dos produtores oferecendo os conhecimentos técnicos necessários através de oficinas que foram oferecidas por professores qualificados que contaram ainda com o apoio de alunos da graduação.

Através da participação no projeto também é possível afirmar que há uma relação de troca de conhecimentos entre alunos, professores e membros da agroindústria. A extensão utiliza as experiências e conhecimentos vivenciados na universidade por alunos e professores repassando-os à comunidade, assim como também aprende com ela: a relação é de troca. Durante os dois anos de projeto laços de amizade e verdadeira cooperação foram cultivados entre professores, alunos e membros do empreendimento.

Podemos concluir esse trabalho retomando os conceitos revisados, reconhecendo no *Sabor do Tinguá* um empreendimento de economia solidária, que recebeu apoio de uma universidade pública que se abriu para vivenciar uma experiência enriquecedora de extensão universitária, visando contribuir com a melhoria da realidade na qual está inserida: uma Baixada Fluminense composta de municípios historicamente marcados por disputas políticas, violência, miséria e riquezas naturais.

10 Referências Bibliográficas

ATLAS ESCOLAR DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, 2004.

DUBEUX, A. *O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil*. Proposta: Revista Semestral do Debate da Fase. Rio de Janeiro. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, n 111, ano 31, 4-16, jan/ mar. 2007.

FORGRAD. Regimento do Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. Disponível em: <[HTTP://www.forgrad.ufam.edu.br/?destcapitulo&opt2](http://www.forgrad.ufam.edu.br/?destcapitulo&opt2)>. Acesso em: 17 out. 2009.

Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.HTM)>. Acesso em: 19 outubro de 2009.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 17 outubro de 2009.

LISBOA, A. M de. *Economia Solidária e Autogestão: Imprecisões e limites*. Revista de Administração de Empresas, p. 109-115, julho/setembro. 2005.

MINAYO, M. C. de S.(org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MONTEIRO, J. de P. *Cooperação: Saiba o que é cooperatividade sistêmica para um novo tipo de desenvolvimento*. Brasília: AED, 2003.

PORTE, L. *Sabor do Tinguá: a agroindústria familiar sustentável resgatando a identidade rural, beneficiando alimentos, gerando renda e promovendo a segurança alimentar e a inserção social*. In: 11º Concurso Banco Real Universidade Solidária. Nova Iguaçu, 2007.

RELATÓRIO DO PRIMEIRO MAPEAMENTO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <[HTTP://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/fase2/relatorio/empreendimentosumacional.asp?numero](http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/fase2/relatorio/empreendimentosumacional.asp?numero)>. Acesso em: 05 out.2009.

SCHIOCHET, V.; SILVA, R. M. da; BERTUCCI, J. de O. *A Economia Solidária no Brasil: o desafio de mostrar o que não é visível*. Revista de Economia Solidária. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária, ano 1, n. 0, p 41-44, dezembro. 2005.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VANIN, G. R. *Universidade na Comunidade*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação / UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

WEBERING, S. I. *Conhecendo a realidade da Economia Solidária: o mapeamento de empreendimentos*. 143f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia de Produção / COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹ Na época das entrevistas não havia o espaço próprio.